

Pele Alvo: entre racismo e letalidade, o amanhã

A continuidade na mudança: novas dinâmicas, velhos alvos

Falar de racismo e segurança pública é incorrer num paradoxo insustentável. Enquanto novas dinâmicas são constantemente postas em prática, a realidade dos números insiste em não se alterar, ou pior, em se agravar. A centralidade do racismo, enquanto instrumento de operação de uma lógica hierarquizante da sociedade, segue a sua marcha silenciosa e constante, determinando quem são aqueles que podem e devem ser alvos do aparato estatal. Em suma, naturaliza-se aquilo que não possui nada de natural, mas que é, rigorosamente, resultado de ações políticas historicamente construídas.

O ano de 2025 apresentou-nos diversos casos que ilustram essas novas dinâmicas. Em abril, a decisão da ADPF 635 buscava estabelecer, ou ao menos balizar, algum controle sobre as ações policiais no Rio de Janeiro diante dos índices inaceitáveis de letalidade. Ainda assim, o estado foi palco da maior chacina da história do país. Paralelamente, a expansão e a articulação de facções como o Comando Vermelho (CV) e o Primeiro Comando da Capital (PCC) para o Norte e o Nordeste dominaram o debate de pesquisadores e da imprensa.

Nesse contexto, 2025 desenhou articulações políticas e estratégias narrativas para as eleições vindouras, onde o discurso da violência como “solução” para a segurança se intensificou, encontrando, infelizmente, adesão social e midiática — inclusive em campos supostamente progressistas, que adotaram o enfrentamento como bandeira.

Como se não bastasse a efervescência política na segurança dos estados, adiciona-se uma pitada de turbulência internacional, com a disputa narrativa polarizando o debate: afinal, estamos diante de facções ou terroristas?

Diante dessa complexa conjuntura de novidades e permanências, 2025 prosseguiu com a continuidade na mudança: o ano encerrou com o maior número de mortes decorrentes da intervenção policial (4.330), um aumento de 6,4% em relação a 2024 nos nove estados monitorados (Amazonas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pará, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro e São Paulo). Se desconsiderarmos os registros de raça ou cor “não informados”, o traço mais brutal do racismo na segurança torna-se evidente: 86,3% (3.104) das vítimas eram negras.

Na sua sétima edição, o *Pele Alvo* mantém o seu propósito inabalável de trazer luz ao debate da letalidade policial, denunciar as desigualdades perpetradas contra a população negra e fomentar o debate público.

Focalizando a análise regionalmente, o “barril de pólvora” do último ano trouxe destaques que exigem atenção urgente. Ceará (200), Maranhão (142), Pará (632) e São Paulo (834) registraram o maior número de mortes desde 2019. A situação maranhense, especialmente, salta aos olhos com um aumento explosivo de 86,8% em um ano. Hipóteses para esse fenômeno apontam para a interiorização de facções oriundas do Rio e de São Paulo, que articulam-se com grupos locais, como o Bonde dos 40, na disputa por rotas de escoamento. O Ceará, com sua infraestrutura logística privilegiada, exemplifica como essa disputa se territorializa. Paralelamente, notamos que o aumento nesses estados do Nordeste caminha em compasso com as gestões eleitas em 2022.

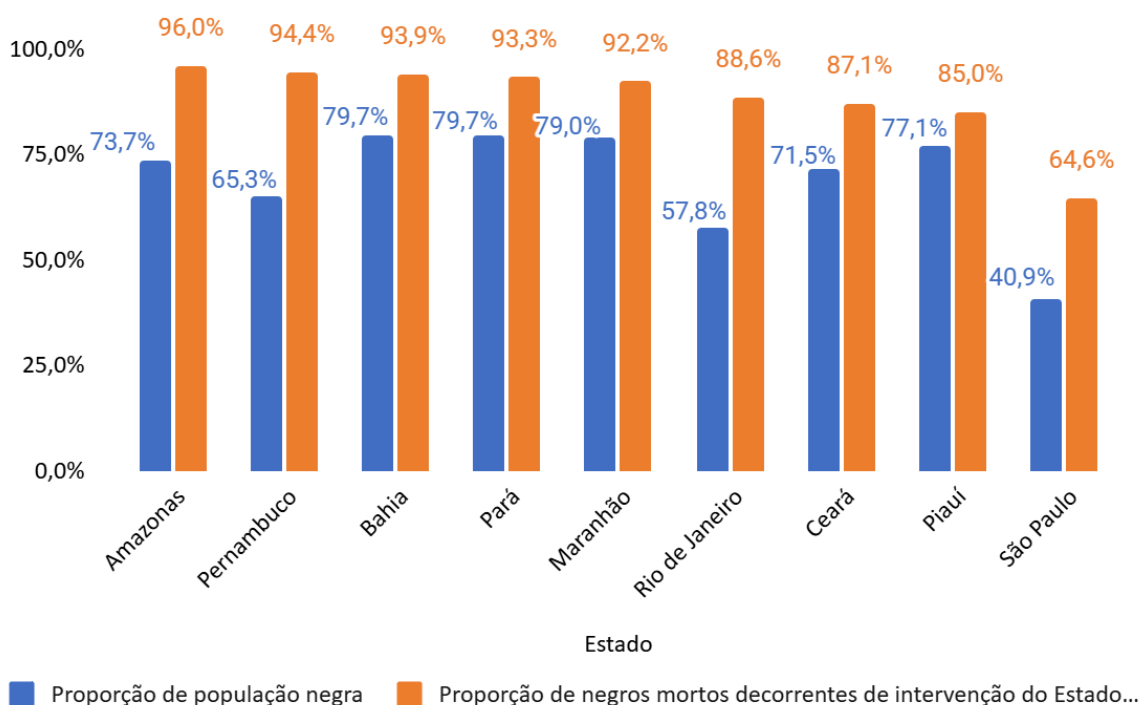
Não bastasse isso, o Rio de Janeiro, com a maior chacina da história do país, viu um aumento de 13,8% na letalidade em um ano. Eis outro paradoxo: o governo fluminense

promoveu tal violência sob a tutela da ADPF 635, mecanismo jurídico que coloca o Supremo Tribunal Federal (STF) como ator fiscalizador.

No que tange à letalidade, a Bahia segue em destaque, com 1.570 mortes. O número pode indicar o início de um movimento de queda, dado o recorde anterior de 1.702 mortes, mas a disputa de mais de 20 facções por rotas e pontos de venda de drogas mantém o território sob tensão. Pernambuco apresentou um aumento de 30,8%, também com presença de CV e PCC, além das altas em São Paulo, de 2,3%, e no Pará, de 12,3%. O Amazonas repetiu o número anterior (43 mortes) e o Piauí foi o único estado a apresentar redução (16,67%), ambos reforçando o discurso do investimento em novas tecnologias contra o crime organizado.

Contudo, a persistência do perfil racial das vítimas confirma-se, com a disparidade entre a proporção de negros mortos e a distribuição populacional — assimetria presente em todos os estados. O Amazonas destacou-se com 96,00% de vítimas negras (aumento de 6 pontos percentuais), seguido por Pernambuco (94,40%), Bahia (93,90%) e Pará (93,30%).

Gráfico 1 - Proporção de população negra e proporção de mortes de pessoas negras decorrentes da intervenção policial - estados monitorados pela Rede de Observatórios (em %) - 2025

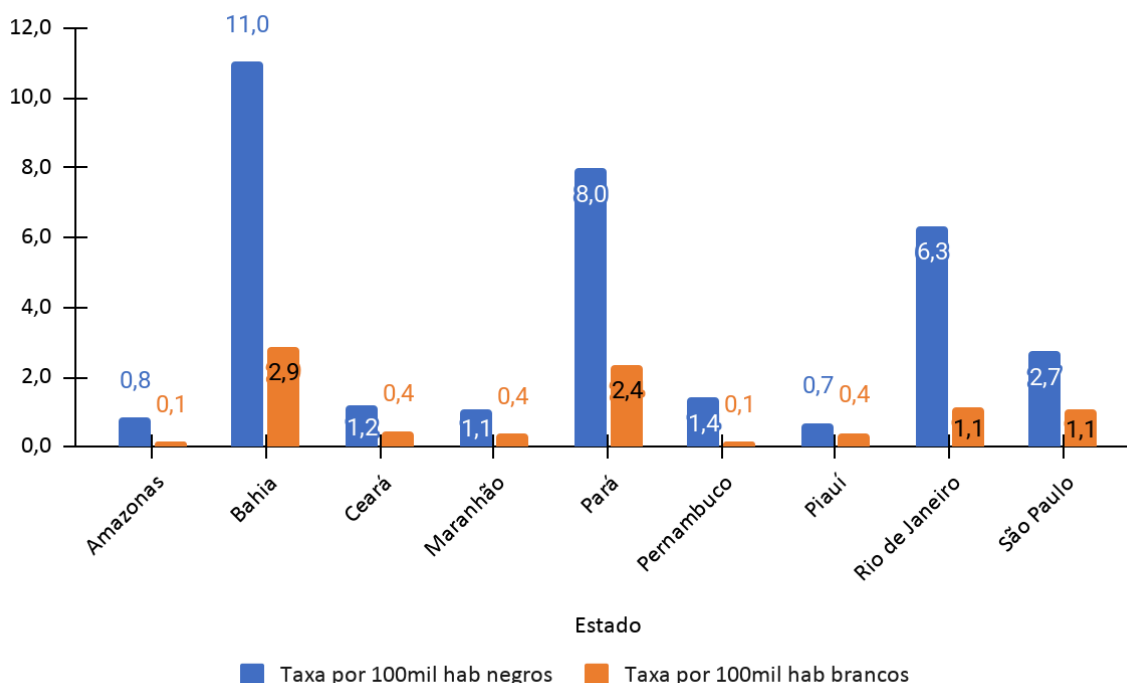


Fonte: elaborado pela Rede de Observatórios com base nas informações enviadas pelas secretarias de segurança

Quando nos debruçamos sobre as taxas, a realidade de alguns estados é ainda mais preocupante. Outra vez a Bahia se destaca e se consolida como um estado que carece de atenção constante e políticas públicas que deem conta de sanar esse quadro. Com uma taxa de 11 mortes por 100 mil, fica muito acima da média geral de 4,6. Pará (8,0) e Rio de Janeiro (6,3) completam o topo. Com os dados de 2025, afirmamos: na média dos

estados, negros têm quatro vezes mais chances de serem mortos pela polícia do que brancos — em Pernambuco, essa chance chega a ser 11 vezes maior, e, no Rio, seis.

Gráfico 2 - Vítimas de mortes decorrentes da intervenção policial - 2025 (taxa por 100 mil habitantes, negros e brancos)



Fonte: elaborado pela Rede de Observatórios com base nas informações enviadas pelas secretarias de segurança

As ingratas persistências do perfil racial não andam sós. Os jovens (até 29 anos) seguem sendo o alvo principal: foram 2.804 mortes, representando 64,8% do total. Quando olhamos somente para o conjunto de crianças e adolescentes, foram 310 vítimas. Novamente, chamamos atenção para a perversidade com que o Estado, da forma mais diretamente violenta, tem incidido sobre as juventudes negras periféricas. Quando colocamos em perspectiva a definição de “mortes decorrentes da intervenção policial” — casos em que civis morrem em confrontos com policiais — e há duas vítimas de 0 a 11 anos registradas, por exemplo, constatamos que o modelo de segurança, o contexto em que essas mortes são orquestradas, como são encaradas e investigadas, precisam urgentemente de uma mudança efetiva.

Número de vítimas de mortes decorrentes de intervenção policial por idade - estado monitorados pela Rede de Observatórios - 2025 (números absolutos)											
Faixas de idade	AM	BA	CE	MA	PA	PE	PI	RJ	SP	Total	Proporção
0 a 11 anos	0	0	0	0	0	0	0	2	0	2	0,0%
12 a 17	2	152	25	16	30	5	2	44	34	310	7,2%

anos												
18 a 29 anos	26	1.043	128	80	388	59	11	409	348	2.492	57,6%	
30 a 39 anos	11	280	35	28	159	19	3	149	241	925	21,4%	
40 a 49 anos	2	55	5	8	29	4	2	18	125	248	5,7%	
50 a 59 anos	0	15	1	2	4	2	2	7	16	49	1,1%	
60 anos ou mais	0	3	1	1	2	0	0	0	1	8	0,2%	
Não informado	2	22	5	7	20	0	0	171	69	296	6,8%	
Total	43	1.570	200	142	632	89	20	800	834	4.330	100,0%	

Fonte: elaborado pela Rede de Observatórios com base nas informações enviadas pelas secretarias de segurança

O quadro observado demonstra que o racismo e a perseguição à juventude negra não operam apesar das mudanças, mas justamente por meio delas, operando de modo a estruturá-las, condicionando novas conjunturas e reorganizando mecanismos de controle, vigilância e morte. Assim, compreender a segurança pública brasileira exige reconhecer que as suas permanências não são resquícios ou heranças do passado, tampouco resultado de uma inevitabilidade de origem, mas parte ativa de um processo continuamente atualizado de gestão desigual da vida e da violência, imbricando Estado, política e crime.

A opacidade dos dados: o “não informado” e os limites da transparência

Maranhão e Ceará são exemplos emblemáticos de uma negligência histórica no registro dos dados sobre raça e cor. Por anos, a persistência de índices alarmantes, de casos classificados como “não informados”, funcionou como um mecanismo de apagamento estatístico que impedia um diagnóstico preciso da letalidade policial. Mesmo que tenha ocorrido uma melhoria nas plataformas de solicitação, na celeridade das respostas e na disponibilidade em portais abertos, é preciso destacar que o cenário permanece preocupante.

O estado cearense, que já teve 77,2% das vítimas sem informação, fechou o último ano em 57,5%. O Maranhão, por sua vez, ignorava a catalogação racial, teve 67,7% de dados ausentes em 2023, e agora diminuiu a subnotificação para 54,9%. Esses números revelam que, mesmo com os avanços recentes, a qualidade da informação ainda é insuficiente para um padrão satisfatório de diagnóstico. Continuar com mais da metade das mortes sem a devida identificação racial não é apenas uma falha burocrática, é uma omissão que insiste em invisibilizar o recorte racial da violência estatal.

A prova de que a falta de informação era, antes de tudo, uma forma de mascarar a realidade, surge na correlação direta entre o preenchimento dos dados e a proporção de negros vitimizados. À medida que o fornecimento dos dados é mais completo, o racismo torna-se ainda mais nítido na segurança pública. No Maranhão, a proporção de negros

mortos disparou 22 pontos percentuais, enquanto no Ceará o aumento foi de aproximadamente oito pontos. Ou seja, quanto mais o Estado cumpre seu dever de informar e qualificar a coleta dos dados, mais insustentável torna-se negar que a letalidade policial é um dispositivo de extermínio da população negra.

Metodologia

Os dados de mortes decorrentes da intervenção policial são obtidos junto às secretarias de segurança dos estados e órgãos correlatos por meio de solicitações via Lei de Acesso à Informação (LAI). Após receber todas as respostas, há a etapa de validação dos dados e busca de inconsistências nas bases fornecidas. Um desafio que sempre se apresenta é a falta de padronização da variável raça ou cor, principalmente no que diz respeito aos negros. Ceará, Pará, Piauí e São Paulo são os únicos estados que seguem a categorização do IBGE (amarela, branca, preta, parda e indígena). As demais divergências ocorrem pelo uso da categoria negra no lugar de preta. Dessa forma, consideramos negra como preta e realizamos o somatório com os pardos. Posteriormente, verificamos a quantidade de casos não informados e a viabilidade de uso.

Após a validação e a padronização dos dados, são geradas estatísticas descritivas com as proporções das vítimas por raça/cor. É crucial notar que os dados relativos à população indígena são limitados à categoria de raça ou cor do IBGE. Embora o Censo 2022 tenha incluído uma pergunta para identificar se o entrevistado se considera indígena (independentemente da cor autodeclarada, como parda ou branca), utilizamos somente a classificação da categoria raça/cor.

A análise das mortes decorrentes mostra avanços na obtenção de dados, mas revisita as limitações que comprometem a compreensão sobre a letalidade policial no Brasil. A falta de padronização nas variáveis, os altos índices de dados não informados e a exclusão das mortes fora de contextos de confronto dificultam a transparência e o entendimento da real dimensão. Para avançar na construção de políticas públicas eficazes e no fortalecimento do controle social, é essencial investir em padronização, qualidade e abrangência das informações, bem como no controle institucional da atuação das forças de segurança.

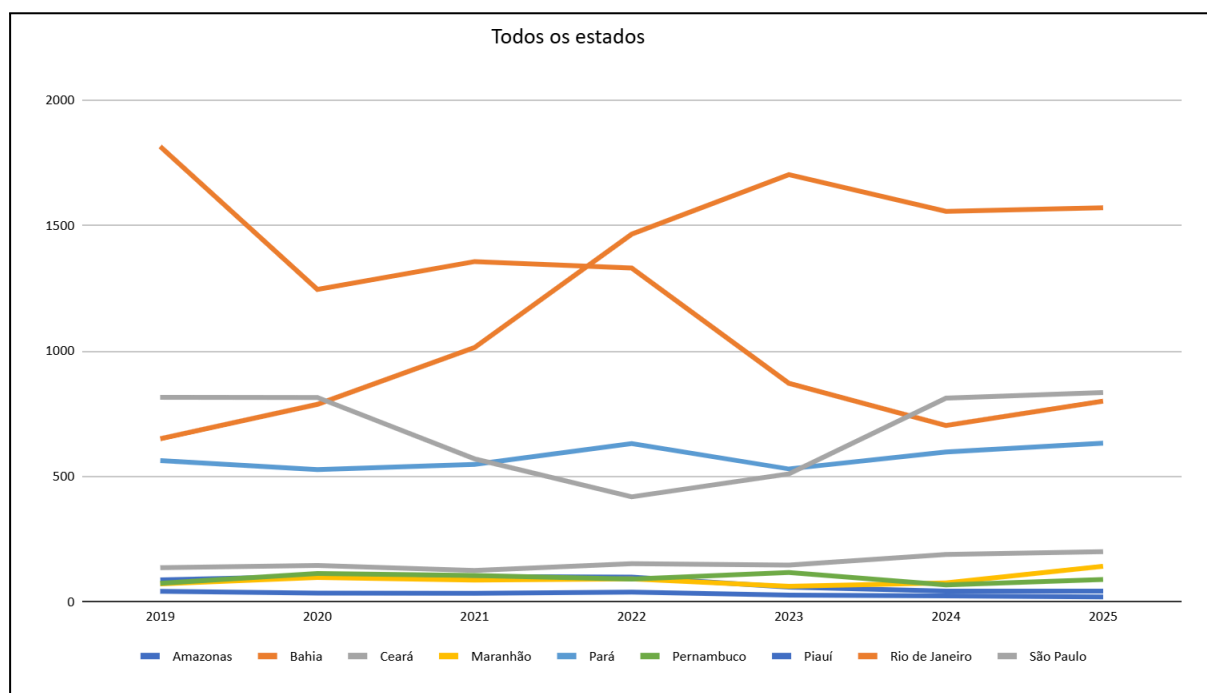
A metodologia desta edição também contou com uma entrevista com Lucia Cabral, liderança comunitária do Complexo de Favelas do Alemão, educadora popular, assistente social e criadora do Espaço Democrático de União, Convivência, Aprendizagem e Prevenção (EDUCAP).

----- início infográfico -----

Série histórica das mortes decorrentes de intervenção policial (2019 - 2025)

A dinâmica das mortes decorrentes de intervenção policial no Brasil reflete o emaranhado de elementos presentes no contexto político, seja em âmbito nacional ou regional. Ao longo de sete anos de monitoramento, fatores como a expansão de grupos criminosos, a diminuição de investimentos em mecanismos de controle, alterações na política de câmeras corporais e uma ação estatal com hiperfoco em matar influenciaram diretamente os números.

Vítimas de mortes decorrentes de intervenção policial - estados monitorados pela Rede de Observatórios - 2019 a 2025



Fonte: elaborado pela Rede de Observatórios com base nas informações enviadas pelas secretarias de segurança

AMAZONAS:

- O Amazonas teve 535 mortes em sete anos
- Assim como em 2024, as 43 mortes decorrentes em 2025 foram o menor número absoluto de sua série histórica

BAHIA:

- Com 8.743 mortes em sete anos, a Bahia teve mais vítimas do que seis estados somados
- Pelo quinto ano consecutivo, registrou acima de mil mortes decorrentes

MARANHÃO:

- Foram 628 mortes em sete anos
- As 142 mortes de 2025 representam o maior número de sua série histórica

CEARÁ:

- Em sete anos, as mortes no Ceará cresceram 47,1%
- Foram 1.094 mortos entre 2019 e 2025

PARÁ:

- O Pará registrou 4.028 mortes decorrentes em sete anos
- No ano em que sediou a COP30, o estado teve o maior número de mortos de sua série histórica

PERNAMBUCO:

- Entre 2019 e 2025, foram 657 mortes decorrentes
- A variação em sete anos foi de 20,3%

PIAUÍ:

- As 20 mortes decorrentes no Piauí em 2025 foram o menor registro de sua série histórica
- Em sete anos, o Piauí reduziu o número de mortes em 52,4%

RIO DE JANEIRO:

- Foram 8.119 vítimas das polícias do Rio em sete anos
- Em 2025, o Rio registrou a maior chacina da história do Brasil

SÃO PAULO:

- São Paulo teve 4.774 mortes decorrentes entre 2019 e 2025
- Em 2025, registrou o maior número de vítimas de sua série histórica

----- Fim do infográfico -----

Onde a vida insiste em florescer

Tia Lucia Cabral é uma das mais respeitadas e antigas lideranças comunitárias do Complexo de Favelas do Alemão e do Rio de Janeiro. É educadora popular e assistente social. Criou a organização Espaço Democrático de União, Convivência, Aprendizagem e Prevenção (EDUCAP)

O cenário da minha vida não se desenha em linhas retas, mas em curvas sinuosas, becos e vielas que compõem o Complexo do Alemão. Há 59 anos, meus olhos se abriram para o mundo e, desde então, tenho escolhido fazer deste território o meu lugar de existir, resistir e insistir. Minha história não é apenas a minha, é um entrelaçado de vozes que buscam, acima de tudo, o direito de ser e de permanecer — mesmo quando o Estado, por meio de sua força mais violenta, tenta ditar o contrário.

Não nasci no Rio de Janeiro. Minha origem está no Sertão da Paraíba, na cidade de Taperoá, um solo que carrega a marca do massacre da falta de políticas públicas. Quando meus pais migraram para o Rio, trouxeram consigo a bagagem de quem busca qualidade de vida, mas que, na prática, enfrentava a ausência de direitos. A memória do meu avô, um negão bonito, que trabalhou até o limite de suas forças, e a força das mulheres da minha família — minha avó, mulher indígena, e minha mãe, negra — foram os primeiros livros que li sobre a dureza do preconceito e a necessidade inegociável de levantar a cabeça.

Minha base foi construída no diálogo crítico que estabeleci cedo com meu pai. Ele, um homem que entendia a importância da voz, me ensinou que a educação é a ferramenta primária de libertação, uma lição que carrego comigo ao longo de toda a minha vida de ativista. Essa inquietação nata me levou a abraçar diversos desafios, desde a alfabetização de jovens em casa, ainda na juventude, até a articulação de projetos que redirecionaram meninos e meninas da proximidade com o crime ou de viverem à margem para um futuro em que podem sonhar e realizar.

Ao longo desses anos, ajudei a construir iniciativas como o *Jovens Construtores*, um projeto modelo de construção compartilhada que, embora eficaz, revelou a ferida da descontinuidade que assola nossas periferias. Colaborei com a prefeitura, integrei clubes de adolescentes e, inevitavelmente, me vi como uma das peças desse tabuleiro complexo de direitos humanos. Cada projeto foi uma tentativa de criar caminhos, ainda que o desânimo tentasse se instalar quando via (e vejo) verbas que deveriam garantir o futuro da nossa juventude se perderem na burocracia ou na corrupção, enquanto na ponta, a nossa realidade segue sendo sustentada, quase exclusivamente, pela nossa teimosia e solidariedade.

A consciência sobre o racismo estrutural não foi um evento isolado, mas uma construção forjada no cotidiano. Lembro-me vividamente da infância, de perceber o que significava ser a “outra” em espaços onde o acesso era restrito pela cor da pele e pela origem social. Na faculdade, ao denunciar o preconceito de professores e colegas que tentavam diminuir a potência da favela, entendi que o meu lugar de fala não era um privilégio, mas uma trincheira. Enquanto alguns queriam que eu debatesse apenas no morro, eu ocupava os espaços acadêmicos com a mesma dignidade com que caminhava pelas ruas do Alemão.

A violência policial, essa presença invasiva que dita o ritmo do nosso cotidiano, tornou-se o eixo central da minha indignação. Hoje, o poder de fogo é outro. Não é mais apenas sobre a abordagem truculenta, é sobre a onipresença do fuzil, a metralhadora que atravessa a rotina 24 horas por dia, sem momento ou tempo definidos. É uma realidade que exige coragem, mas que também consome a saúde mental. Quando escuto o som de um tiro, meu coração dispara com um medo visceral, um pavor de que o sistema, mais uma vez, interrompa uma vida — especialmente a dos nossos jovens.

O surgimento do EDUCAP, em 2008, foi a resposta necessária a esse cenário de desespero, após uma das tantas chacinas que marcaram nossa trajetória. Com o incentivo de figuras como Marielle Franco e Marcelo Freixo, entendi que precisávamos de um espaço de acolhimento, de escuta, um lugar onde a juventude não fosse julgada pela sua origem ou pela sua vulnerabilidade. A minha missão é simples, mas monumental: mostrar para esse jovem, jogado à própria sorte pelo sistema, que ele não precisa portar um fuzil para existir.

A minha vida se tornou essa rede. Atendo às noites e madrugadas, direciono, alimento, articulo apoio jurídico. É um trabalho exaustivo, sem verba, movido pelo “capital humano” — essa força invisível e solidária que nos protege. O maior obstáculo? A descontinuidade. Projetos sociais que surgem como pilotos consomem verbas monumentais nas mãos da corrupção e, quando o dinheiro acaba, deixam os jovens de mãos vazias. É

como enxugar gelo. Enquanto o poder público falha em ver o morador como cidadão, nós seguimos costurando as feridas abertas por essa ausência.

Muitas vezes, o cansaço bate. Olho para a porta do EDUCAP, destruída pelo tempo e pela falta de recursos, e sinto a angústia de quem carrega o mundo nas costas. Mas, quando olho para a trajetória de cada jovem que passou por aqui e, hoje, cursa uma faculdade ou constrói seu caminho longe da violência, encontro a esperança necessária para continuar. Eles são o meu legado.

Não me arrependo de ter escolhido este caminho. A minha missão é uma chama que, embora assombrada pelos ventos da violência e do descaso, se mantém acesa pela resistência. Para as próximas gerações, o conselho é um só: resistir, insistir e acreditar. A população negra periférica carrega no sangue a coragem de quem conhece a dor, mas não se permite ser definida por ela. Como diziam os meus: “nunca abaixe a cabeça”. Mesmo sob a mira da opressão, o nosso maior ato de rebeldia é existir, contar nossas próprias histórias e, enfim, reivindicar a liberdade que, embora virtualmente negada, é o nosso direito fundamental. Aqui, no coração do Alemão, sigo sendo a prova viva de que, apesar de tudo, a vida insiste em florescer.

Tendência à interiorização da violência policial no Amazonas

Após dois anos de queda, a quantidade de mortes decorrentes da intervenção policial oficialmente registrada no Amazonas se manteve no mesmo patamar de 2024. A grande diferença, porém, é geográfica: houve um aumento de 35% de casos no interior do estado, que agora concentra 62,8% do total. Além disso, se antes essas mortes estavam distribuídas em 10 municípios, agora estão em 16.

Esses dados alertam para uma possível tendência de interiorização da violência policial, que extrapola os registros oficiais. A maior parte dos municípios afetados possui menos de 50 mil habitantes, em grande parte organizados em comunidades ribeirinhas, com poucos registros de homicídios. Em Urucará, por exemplo, o painel da SSP-AM não contabiliza um homicídio sequer em 2025. Ao mesmo tempo, chama a atenção a persistência de uma alta letalidade policial em Coari, que, com 1,6% da população do estado, concentra 16,3% dos casos (contra 14,0% em 2024).

Homens seguem sendo a totalidade das vítimas, em sua maioria jovens. Porém, mais uma vez, os dados que nos permitem traçar um perfil socioeconômico são poucos. Sabe-se a escolaridade de apenas cinco, a profissão de 22 e a raça de 25 mortos. Destes, 22 foram identificados como “pardos”, dois como “negros” e, pelo terceiro ano seguido, em um território com 12,5% da população autodeclarada indígena, não há um único corpo reconhecido como tal. Em Benjamin Constant, onde cinco homens foram mortos por policiais nos últimos dois anos, quase metade da população é indígena.

Preocupa-nos que essa nova dinâmica da letalidade policial possa ser uma consequência imediata e perigosa da interiorização de investimentos governamentais (estaduais e federais) em infraestrutura para a segurança pública, justificada em nome do “combate às facções”. Enquanto isso, organizações locais reivindicam, ainda com poucas respostas, políticas de prevenção a violências contra mulheres e meninas, além de contra pequenos roubos e furtos, como ações voltadas à redução do uso abusivo de álcool e outras drogas.

Destaque 1: 75,0% das mortes foram provocadas pela Polícia militar

Destaque 2: 100,0% das vítimas eram homens

Destaque 3: Manaus concentrou 37,21% dos casos

Bahia teve quase 9 mil mortes causadas pela polícia em sete anos

O cenário da segurança pública na Bahia segue marcado pelo sangue da juventude negra. Mais uma vez, os números revelam o que os territórios de periferia denunciam historicamente: a política de segurança do estado continua operando a partir de uma lógica de controle, violência e produção sistemática da morte.

A Bahia, estado com maior população negra do país, possui aproximadamente 11 milhões de pessoas negras (79,7% da população estadual), de acordo com o IBGE. No entanto, quando observamos as mortes decorrentes de intervenção policial, percebe-se que a violência estatal atinge essa parcela de maneira profundamente desigual. Em 2025, as pessoas negras representaram 93,9% das vítimas da letalidade policial, totalizando 1.243 mortes.

Os números evidenciam que essa violência tem cor, território e faixa etária definidos. A juventude aparece como principal alvo: somente entre pessoas de 18 a 29 anos, foram registradas mais de mil mortes. Além disso, aproximadamente uma em cada 10 vítimas era adolescente (9,7%). Trata-se de uma geração inteira atravessada pela precarização da vida, pela ausência de direitos e pela presença quase exclusiva da violência estatal em seus territórios.

Para muitos desses jovens, a segurança pública é a única política que chega às suas comunidades. Ainda assim, não se materializa como garantia de proteção e cidadania, mas como ocupação militarizada, incursões policiais e violações de direitos. Esse formato perpetua um projeto histórico racista e escravocrata que define quais vidas devem ser protegidas e quais podem ser descartadas.

Nesse contexto, a “guerra às drogas” segue funcionando como justificativa para o encarceramento, a militarização e a letalidade. Essa política fracassada não reduz a violência, mas intensifica vulnerabilidades e produz ciclos permanentes de trauma, medo e luto nas periferias. A juventude negra quer viver e acessar educação, cultura, trabalho e lazer. No entanto, segue tratada como alvo prioritário do controle racializado da pobreza. Diante disso, os dados apresentados não são apenas indicadores: representam vidas interrompidas e famílias devastadas pelo Estado.

DESTAQUE 1: 99,6% das vítimas eram homens

DESTAQUE 2: 12 municípios concentraram metade das vítimas

DESTAQUE 3: De 365 dias do ano, 346 registraram mortes

Ceará registrou o maior número de mortes no estado desde 2019

O Ceará se destaca em 2025 pelo agravamento de um fenômeno histórico: em seis anos, alcançou o maior número de vítimas mortas em intervenção policial, chegando ao total de 200. Em disputa na divulgação desses dados, está principalmente o reconhecimento de que os vitimados por ações policiais são, de fato, alvos de uma política de segurança pública que insiste em neutralizar a juventude negra cearense.

O cenário é ainda pior quando contabilizamos que jovens negros têm três vezes mais chances de morrer por um tiro das forças de segurança pública do que um jovem branco. Mesmo na realidade das periferias do Ceará, o alvo tem cor, gênero e idade: 87,1% das vítimas eram negras, 98,0% homens e 76,5% tinham até 29 anos. Insistimos na compreensão de que a abordagem policial é seletiva, ou seja, muda a depender do lugar onde acontece e, principalmente, a depender de quem está sob suspeita.

A retórica do confronto é utilizada como justificativa, mas não consegue explicar de fato as mortes que causa. Quando revisitamos os eventos, encontramos uma força

desproporcional e até mesmo o erro do policial que “atira e depois pergunta”. O cenário se agravou ainda mais no estado com a aprovação do Decreto nº 37.130/2026, assinado pelo governador Elmano de Freitas, que enquadra a vítima como “opositor”, fortalecendo o estigma da suspeição. Nessa lógica, o policial passa a ser “interventor”, e não mais “autor”. A diretriz ainda alterou a classificação dos casos de “mortes por intervenção policial” para “lesão corporal decorrente de oposição à intervenção policial” ou “homicídio decorrente de oposição à intervenção policial”.

Em um contexto de avanço da militarização, hipervigilância e pouca transparência para os cidadãos, o racismo se institucionaliza a passos largos, sob a justificativa da guerra contra o crime, na qual a repressão é a única estratégia executada. Quem está pagando a conta da atual política cearense de segurança pública são as juventudes negras periféricas, ao passo que essas mortes são tratadas pelo Estado como sinônimo de eficiência.

Aos que buscam por justiça, as respostas ainda são tímidas e o Ministério Público parece não conseguir confrontar o excesso de legitimidade da força estatal. Além disso, precisamos falar sobre o trauma que ronda os lugares onde chega a morte autorizada pelo Estado, uma vez que ainda vivemos sob um estado democrático de direito. Repetimos reiteradamente sem arredar o pé: famílias e comunidades marcadas pela violência estatal são revitimizadas pela negação do direito à memória e à justiça. Mais do que investimentos em carros blindados e tecnologias de vigilância, uma política de cuidado deve estar no horizonte pela garantia do direito à segurança e à dignidade.

DESTAQUE 1: 12 municípios registraram 50,5% das vítimas

DESTAQUE 2: 64,0% das vítimas tinham entre 18 e 29 anos

DESTAQUE 3: 57,5% das vítimas não tinham informação de raça ou cor

Interiorização das facções e expansão da letalidade policial no Maranhão

Os dados sobre letalidade policial no Maranhão mostram que as mortes não podem ser vistas apenas como casos isolados ou desvios de conduta. O crescimento das mortes por intervenção policial indica um padrão de atuação cada vez mais baseado no uso da força letal. Entre 2015 e 2025, o número de mortes provocadas por policiais no estado passou de 53 para 142 casos, o maior número da série histórica. Isso mostra que a violência policial passou a fazer parte da forma como a segurança pública vem sendo conduzida no Maranhão.

Esse aumento da letalidade acompanha as transformações recentes no cenário da violência no estado, marcado pelo avanço das facções e a intensificação dos conflitos armados. Como resposta, o poder público adotou a militarização, tratando a violência sob a lógica da guerra. A linguagem das autoridades e da mídia reforça esse enquadramento ao falar em “combate” e “retomada de território”, transformando as periferias em áreas inimigas e seus moradores, principalmente jovens negros, em suspeitos permanentes.

Nessas condições, a “guerra contra o crime” justifica a ampliação das ações violentas do Estado, com a polícia funcionando como força de confronto: não por acaso,

83,1% das mortes foram causadas pela Polícia Militar. Além disso, essa letalidade já não se concentra apenas nos grandes centros. O processo de interiorização das facções pulverizou a violência por cidades pequenas, de modo que 40,0% das mortes aconteceram em 35 municípios, alguns com menos de 15 mil habitantes.

O Maranhão precisa mudar a lógica de segurança adotada, bem como o tratamento dos dados sobre as vítimas. Ano após ano, o estado permanece com um alto percentual de casos sem informações raciais (54,9%). O mesmo apagamento aparece em escolaridade, com 97,2% sem informação, e profissão, com 96,5% dos registros incompletos. Essa precariedade burocrática não representa mero descuido técnico, constitui uma forma adicional de violência institucional, que desumaniza as vítimas ao reduzi-las à categoria genérica de “suspeitos”, apagando trajetórias, vínculos sociais e condições concretas de existência.

DESTAQUE 1: 100,0% das vítimas eram homens

DESTAQUE 2: 67,6% das vítimas tinham até 29 anos

DESTAQUE 3: 11 municípios concentraram 50,7% das vítimas

No Pará, nem a COP30 freou a letalidade policial

Em 2025, ano em que Belém sediou a COP30, o governo do Pará fortaleceu a imagem de uma capital voltada à sustentabilidade e à redução da violência. Programas como a *Usina da Paz* ganharam centralidade no discurso oficial, e a Secretaria de Segurança Pública (SEGUP) apontou redução nos Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) em áreas do programa *Territórios pela Paz*.

Entretanto, os dados sobre mortes decorrentes de intervenção policial revelam o aprofundamento da violência estatal. O Pará registrou 632 mortes por intervenção policial em 2025 — 35 vítimas a mais que em 2024. Houve ainda 19 homicídios praticados por agentes do Estado fora de confrontos e a segunda maior taxa de mortes de pessoas negras (oito por 100 mil habitantes) entre os estados monitorados, atrás apenas da Bahia (11).

Em Belém, vitrine internacional da COP30, foram registradas 99 mortes por intervenção policial, tornando-se o município com maior número absoluto de vítimas no estado. O dado revela uma contradição profunda entre a imagem sustentável projetada ao exterior e a permanência de práticas de segurança marcadas pela letalidade nas periferias.

Os dados também evidenciam o caráter seletivo dessa violência. Entre as vítimas com informação de raça ou cor, 516 eram negras, demonstrando o impacto desproporcional sobre pretos e pardos. Além disso, 418 vítimas tinham entre 12 e 29 anos, e 244 não tinham o ensino fundamental incompleto. A Polícia Militar foi responsável pela maioria das mortes (89,7%). Esses números provam que a política de segurança permanece lançando um alvo sobre jovens negros e pobres.

Há também uma forte concentração espacial: Belém, Ananindeua e Marituba somam 193 vítimas, evidenciando a Região Metropolitana como o epicentro da letalidade estatal. Esse cenário revela que, apesar dos investimentos em equipamentos sociais como a *Usina da Paz*, persistem práticas de policiamento militarizado e de enfrentamento armado.

Dessa forma, a COP30 impôs um debate urgente sobre o modelo de desenvolvimento adotado. Não há sustentabilidade real sem o direito à vida, nem justiça social enquanto a juventude negra e periférica for a principal vítima do Estado. Construir uma cidade global para o debate climático exige redefinir políticas que priorizem os direitos humanos e a preservação da vida.

DESTAQUE 1: 61,4% das vítimas tinham entre 18 e 29 anos

DESTAQUE 2: 89,7% das vítimas foram mortas pela Polícia Militar

DESTAQUE 3: 4.028 mortos pela polícia em sete anos

Pernambuco teve aumento de 30,9% nas mortes pela polícia

Em Pernambuco, a letalidade policial cresce enquanto a redução da violência ocupa o discurso oficial. No estado, 2025 foi marcado pela consolidação de um discurso público voltado à redução da violência. O governo estadual passou a apresentar o programa *Juntos pela Segurança* como evidência de eficiência, associando a queda das Mortes Violentas Intencionais (MVIs) aos investimentos em tecnologia, inteligência e ações policiais. No entanto, os dados sobre mortes decorrentes de intervenção policial contam uma história menos confortável.

Enquanto a redução dos homicídios ocupa o centro da narrativa oficial, o estado registrou um aumento de 30,9% nas mortes por intervenção policial em comparação ao ano anterior. O dado torna inevitável uma pergunta: o que significa falar em preservação da vida quando cresce a violência produzida pelo próprio Estado? A resposta aparece ao observarmos quem continua morrendo. Em Pernambuco, 94,4% das vítimas eram negras. Como o estado informou raça ou cor em 100% dos registros, não há margem para dúvidas: a letalidade policial tem cor.

Ela também tem idade e território. Os dados mostram que 66,3% das vítimas tinham entre 18 e 29 anos, e 71,9% tinham até 29 anos, revelando como a letalidade incide sobre a juventude seletivamente. Geograficamente, o Recife concentrou 12,4% das mortes, registrando o maior número absoluto do estado. Essa centralização na capital mostra que a violência acompanha desigualdades urbanas históricas e formas de policiamento que recaem sobre determinados bairros.

Outro dado chama atenção pelo silêncio: apesar do preenchimento integral de raça ou cor, 78,7% das vítimas não tiveram a profissão informada. O contraste é revelador: o Estado registra a cor daqueles que morrem, mas apaga suas trajetórias nos documentos oficiais. Além disso, um policial foi vitimado em intervenção, revelando que a lógica do confronto amplia os riscos em torno da própria política de segurança.

O cenário pernambucano exige um debate além da celebração de indicadores agregados. Se o *Juntos pela Segurança* pretende ser uma política de preservação da vida, seus resultados não podem ser avaliados apenas pela redução geral dos homicídios enquanto cresce a letalidade policial contra jovens negros. A questão que permanece é incontornável: quais vidas continuam fora da promessa de segurança do Estado?

DESTAQUE 1: Recife concentrou 12,4% das vítimas

DESTAQUE 2: 1 policial foi morto decorrente de intervenção policial

DESTAQUE 3: 100,0% das vítimas eram homens

No Piauí, todas as vítimas eram homens

A análise da violência policial no Piauí exige uma compreensão que considere os processos institucionais, raciais e sociais que atravessam a segurança pública no estado. Nesse sentido, um dos aspectos relevantes diz respeito à implementação de políticas de educação antirracista voltadas à formação policial e às abordagens realizadas nos territórios periféricos.

A criação, em 2022, da Superintendência de Promoção da Igualdade Racial e dos Povos Indígenas, articulada aos movimentos sociais, universidades públicas, além do acompanhamento do Ministério Público do Estado do Piauí e de coletivos de resistência, possibilitou a elaboração de protocolos antirracistas voltados à Polícia Militar. A partir dos dados produzidos pela Rede de Observatórios da Segurança, esse processo fortaleceu mecanismos de monitoramento externo e formação crítica das instituições de segurança, podendo ter contribuído para a redução oficial dos homicídios no estado. Contudo, as narrativas de familiares e vítimas da violência policial seguem desempenhando papel fundamental ao tensionar versões oficiais produzidas pelas corporações policiais, revelando práticas de abuso, racialização da suspeita e violência cotidiana direcionadas sobretudo à juventude negra periférica.

Ao mesmo tempo, a redução dos homicídios precisa ser analisada em articulação com o crescimento dos casos de desaparecimento no estado, mortes ocultas e por causa indeterminada que revelam tendência crescente e paralela à diminuição estatística dos homicídios. Esse cenário levanta questionamentos sobre os modos contemporâneos de ocultação da violência letal, especialmente diante do uso de valas e cemitérios clandestinos por facções criminosas e milícias.

Assim, a análise da segurança pública no Piauí demanda atenção frente aos dados oficiais, uma vez que a diminuição dos homicídios não significa necessariamente a redução efetiva da violência, mas pode indicar transformações nas formas de gestão, invisibilização e administração da morte nos territórios periféricos.

DESTAQUE 1: 55,0% das vítimas tinham de 18 a 29 anos

DESTAQUE 2: 85,0% das vítimas eram negras

DESTAQUE 3: 65,0% das vítimas foram mortas em confronto com a PM

Rio registrou aumento de 13,8% nas mortes pela polícia

No dia 29 de outubro de 2025, o Secretário de Estado de Polícia Civil apresentou o balanço da megaoperação realizada nos Complexos da Penha e do Alemão, denominada Operação Contenção. A ação, conduzida pelo Ministério Público do Rio de Janeiro em parceria com as Polícias Civil e Militar, cumpria 100 mandados de prisão. Na coletiva, a autoridade afirmou que as únicas vítimas teriam sido os quatro policiais mortos, enquanto os outros 115 mortos foram classificados como “narcoterroristas”.

A utilização do termo “narcoterroristas”, assim como a associação desses indivíduos à chamada “chacina do Alemão”, reflete a normalização da violência extrema como

elemento estruturante da segurança pública fluminense. Ao mesmo tempo, a caracterização recorrente do Rio de Janeiro como um “narcoestado” funciona como uma admissão institucional da incapacidade de formular políticas eficazes.

Os dados monitorados pela Rede reforçam esse cenário. A proporção de mortes decorrentes de intervenção policial, correspondente a 88,6% dos casos analisados, expressa os efeitos concretos dessa política baseada na letalidade. Soma-se a isso o fato de que três das quatro operações mais letais da história do estado também ocorreram recentemente (Vila Cruzeiro em 2022, com 23 mortos; Jacarezinho em 2021, com 28; e Itaguaí em 2020, com 12). Além disso, a concentração de 56,3% dessas mortes na capital evidencia que a adoção de práticas marcadas pela necropolítica serve para mascarar a ausência de combates estruturais ao crime organizado.

Nesse contexto, organizações criminosas se fortalecem por meio de dinâmicas econômicas complexas, exigindo estratégias voltadas ao campo financeiro. A Operação Carbono Oculto, realizada em São Paulo, demonstrou a viabilidade de dismantlar essas estruturas sem o emprego de confrontos armados, sendo considerada uma das maiores ofensivas contra o crime.

Por outro lado, o aumento de 13,8% no número de vítimas em relação ao ano anterior evidencia o aprofundamento de uma crise política e institucional que marca o Rio na última década. A chamada “cadeia sucessória” fluminense — caracterizada pela prisão de governadores desde 2016 e sucessivos afastamentos de parlamentares da ALERJ — revela uma instabilidade persistente. Nesse sentido, a retomada do crescimento das mortes após a redução em 2024 expressa a consolidação da violência letal como política pública em um Estado fragilizado.

DESTAQUE 1: Aumento de 13,8% no número de vítimas

DESTAQUE 2: 96,5% das vítimas eram homens

DESTAQUE 3: A capital registrou 56,3% das vítimas

Vigilância, controle e letalidade: o que não entra no painel

No centro de São Paulo, o “Prisômetro” do programa *Smart Sampa* atualiza em tempo real prisões e capturas. O painel digital transmite uma mensagem clara: a segurança pública passa a ser apresentada por meio de números que se acumulam como evidência de eficiência. Nessa lógica, o monitoramento em uma cidade coberta por milhares de câmeras deixa de ser apenas ferramenta e passa a construir uma narrativa parcial, onde os índices de produtividade ocupam o centro e outras dimensões permanecem invisíveis.

Esse ecossistema revela uma contradição no uso da tecnologia. As câmeras do *Smart Sampa* comunicam-se diretamente com a polícia para ações imediatas. Já as do Programa *Olho Vivo*, instaladas em uniformes e viaturas para fiscalizar a atividade policial, são frequentemente interrompidas em momentos decisivos — ignorando a decisão do STF (Suspensão Liminar 1.696) que determinou gravação ininterrupta. No fim, há câmeras e câmeras: umas reforçam a ideia de eficiência, outras, quando mal utilizadas, escondem abusos.

O discurso oficial do governo estadual permanece centrado na repressão, acompanhado pelo desinvestimento na prevenção e pelo enfraquecimento dos mecanismos de controle. Com isso, São Paulo consolida um patamar elevado de letalidade policial, revertido apenas temporariamente com o uso inicial das câmeras. Após a implementação do *Olho Vivo* em 2020 — quando os números atingiram 814 mortes —, houve queda expressiva, chegando a 419 em 2022. A partir de 2023, após a mudança de gestão, os números voltaram a crescer: 510 mortes naquele ano, 812 em 2024 e 834 em 2025. O retorno dos índices negativos evidencia que a redução era possível, mas foi abandonada.

O perfil dessas vítimas não é aleatório: é majoritariamente formado por homens negros, jovens e da periferia. Aí reside um descompasso. De um lado, indicadores da SSP-SP apontam queda em crimes relevantes, como furtos (6,3%), roubos (18,8%) e latrocínios (mais de 50,0%). De outro, consolida-se uma política baseada na violência letal, provando que a letalidade responde menos à variação da criminalidade e mais a uma lógica de gestão da vulnerabilidade. Quando parte significativa das mortes ocorre fora de confrontos clássicos, a violência deixa de ser exceção e se converte em regra.

DESTAQUE 1: Quase 5 mil mortes em sete anos

DESTAQUE 2: 98,7% das vítimas eram homens

DESTAQUE 3: A capital teve 30,5% das mortes